

## **AGENDA 2030: INTER-RELAÇÃO DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COM A EQUIDADE DE GÊNERO**

**Marcela Arantes Ribeiro, Universidade Federal de Rondônia (UNIR),  
<https://orcid.org/0000-0003-4135-9725>**

**Beatriz de Oliveira Benedito, Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
<https://orcid.org/0000-0003-2873-6653>**

### **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo inter-relacionar as discussões sobre a mediação da informação com o 5º objetivo da Agenda 2030 voltado para a igualdade de gênero e visando o desenvolvimento social da nação. Tais discussões estão no âmbito da Ciência da Informação partindo do princípio das múltiplas possibilidades de abordagem voltada para às demandas da sociedade. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva e documental, em que se discute a informação constante na Agenda 2030 disseminada a partir do processo de mediação da informação, visando a apropriação da informação. Como resultado obtidos desca-se o constructo da relação do 5º objetivo da Agenda 2030 com a mediação da informação enfatizando a ação de interferência no processo de mediação da informação de forma flexível visandos os contextos informacionais de interações sociais que adentram nas relações globalizadas e envolvem múltiplos contextos, a destacar os sociais, históricos, culturais, políticos e econômicos. Conclui-se que, ainda, há complexidades da temática ao impulsionar ações para desconstruções socioculturais visando a igualdade de gênero na sociedade.

**Palavras-Chave:** Gênero; Apropriação da Informação; Mediação da Informação; Igualdade de Gênero.

### ***AGENDA 2030: INTERRELACIÓN DE LA MEDIACIÓN DE LA INFORMACIÓN CON LA EQUIDAD DE GÉNERO***

### **RESUMEN**

Este estudio tiene como objetivo interrelacionar las discusiones sobre la mediación de información con el 5º objetivo de la Agenda 2030 centrado en la igualdad de género y visando el desarrollo social de la nación. Tales discusiones están en el ámbito de las Ciencias de la Información, basadas en el principio de múltiples posibilidades de abordaje enfocadas a las demandas de la sociedad. Se trata de una investigación cualitativa, descriptiva y documental, en la que se discute la información contenida en la Agenda 2030 difundida a partir del proceso de mediación de la información, visando la apropiación de la información. Como resultado, se destaca el constructo de la relación entre el objetivo 5 de la Agenda 2030 y la mediación de la información, enfatizando la acción de interferencia en el proceso de mediación de la información de manera flexible, apuntando a los contextos informacionales de las interacciones sociales que entran en relaciones globalizadas e involucran múltiples contextos, destacándose los sociales, históricos, culturales, políticos y económicos. Se concluye que aún existen complejidades del tema a la hora de promover acciones de desconstrucción sociocultural con vistas a la igualdad de género en la sociedad.

**Palabras-Clave:** Género; Apropiación de la Información; Mediación de Información; Igualdad de Género.

### ***2030 AGENDA: INTERRELATION OF INFORMATION MEDIATION WITH GENDER EQUITY***

## ABSTRACT

This study aims to interrelate the discussions on the mediation of information with the 5th objective of the 2030 Agenda focused on gender equality and aiming at the social development of the nation. Such discussions are within the scope of Information Science, based on the principle of multiple possibilities of approach focused on the demands of society. This is a qualitative, descriptive and documentary research, in which the information contained in the 2030 Agenda disseminated from the information mediation process is discussed, aiming at the appropriation of information. As a result, the construct of the relationship between the 5th objective of the 2030 Agenda and the mediation of information is highlighted, emphasizing the action of interference in the information mediation process in a flexible way, targeting the informational contexts of social interactions that enter into globalized relationships and involve multiple contexts, highlighting the social, historical, cultural, political and economic ones. It is concluded that there are still complexities of the theme when promoting actions for sociocultural deconstructions aiming at gender equality in society.

**Keywords:** Genre; Appropriation of Information; Mediation of Information; Gender Equality.

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre gênero é um caminho traçado nas sociedades que se relacionam em prol do desenvolvimento social e sustentável em um mundo globalizado em que, atualmente, o ser humano relacionar-se com o outro ultrapassando os espaços locais e adentrando a diversidade social e cultural de outras nações. Assim, ações locais são influenciadas e influenciadoras nas ações e mudanças globais. Nesse sentido, a informação para se pensar a igualdade de gênero transcende os limites das discussões e enfrentamentos de grupos sociais organizados e adentra os múltiplos debates e planejamentos visando o desenvolvimento social no âmbito global.

As informações sobre gênero e sociedade transversalizam pelas ciências que discutem o ser humano, bem como delineiam as relações na sociedade, seja por igualdade e equidade ou dominação e opressão (Nascimento, 2003; Sá, Folriani & Rampazo, 2017). Neste contexto e direcionando para as discussões sobre a construção histórico-social da mulher na sociedade contemporânea, tem-se as lutas pela desconstrução de argumentos de limitações por gênero e construção de informações por igualdade e empoderamento da mulher na sociedade. Fomentando essa

discussão e considerando o mundo globalizado, a Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas apresenta o seu 5º objetivo – Igualdade de gênero, visando acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas, bem como ações inclusivas e baseadas na equidade voltadas para implantação de garantir igualdade de oportunidades e a participação plena e efetiva das mulheres na sociedade (Agenda 2030/ ONU Brasil).

As informações apresentadas no 5º objetivo da Agenda 2030 tornam-se fundamentais para o planejamento de ações locais, nacionais ou internacional voltadas para igualdade de gênero. Inter-relacionado a esse contexto de abordagem, esta pesquisa fundamenta a discussão da mediação da informação (Almeida Júnior, 2015) no impulsionamento para a disseminação e apropriação dessas informações, partindo do princípio de que essas delineiam-se nas relações sociais e impactam o desenvolvimento social de uma nação. Desta maneira, a intenção da pesquisa perpassa pelo fomento da discussão da Agenda 2030 no campo epistêmico da Ciência da Informação, considerando as demandas por igualdade e equidade de gênero sociedade brasileira.

A mediação da informação, por sua vez, destaca-se pelo trabalho ativo visando a disseminação e apropriação de informações, ou seja, constitui um processo qualitativo e contínuo que objetiva que as informações possuam sentido suficiente para serem incorporadas às relações sociais. Neste sentido, tem-se o processo de mediação da informação como potencializador para as discussões de gênero na Ciência da Informação, trazendo uma reflexão teórica fundamentada na igualdade e empoderamento da mulher na sociedade.

Diante do exposto, esta pesquisa apresenta como tema central de discussão a informação na concepção social (Araújo, 2014), voltada para as reflexões que se relacionem com igualdade de gênero, visando a apropriação dessa informação por sujeitos sociais, bem como a compreensão da informação sobre a importância de garantir a disseminação e o acesso à informação do 5º objetivo da Agenda 2030 por todos os seres humanos, estando a relevância da pesquisa na abordagem da informação apresentada na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e social.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, construída em 2015 tem impulsionado discussões em organizações para a implantação de ações que atendam os objetivos assumidos visando o desenvolvimento sustentável, assim, a discussão dos objetivos da Agenda 2030 ganha visibilidade nos mais diversos espaços de relação da sociedade. Neste contexto e partindo

## 2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A discussão sobre a informação perpassa por múltiplas áreas do conhecimento possibilitando abordar as relações humanas no campo teórico da Ciência da Informação, especificamente no que se refere a relação do ser humano com a informação em contexto históricos e sociais que impulsionam a construção, disseminação, apropriação e

do princípio da importância de se apropriar da informação sobre igualdade de gênero, esta pesquisa apresenta como questionamento principal: Em que medida o ODS 5 da Agenda 2030 pode impulsionar ações organizacionais sobre igualdade de gênero por meio da mediação da informação?

A partir da problemática e considerando a informação construída nas relações sociais apresenta-se como objetivo geral: Inter-relacionar as discussões sobre a mediação da informação e o 5º objetivo da Agenda 2030 voltadas para a igualdade de gênero e visando o desenvolvimento social da nação. Espera-se contribuir com o campo teórico da Ciência da Informação, especificamente no fortalecimento da mediação da informação que conduz para uma discussão social e que atende uma demanda informacional, assim como impactar socialmente em discussões sobre a igualdade de gênero a partir da aproximação expressa.

Para tanto, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa e documental (Gil, 2022), com uma análise interpretativa do texto exposto no 5º objetivo da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, a saber: Igualdade de gênero. Os dados foram analisados qualitativamente, de acordo com o objetivo da pesquisa e amparados nos aspectos teóricos da mediação da informação. Os resultados apontaram a necessidade de enfrentamento às desigualdades, discriminações e violências nas relações de gênero na contemporaneidade.

ressignificação das informações que permeiam as/nas relações humanas.

Nesse sentido, discutir a informação, interrelacionando à concepção social, volta-se para o conceito pragmatista e sociocultural abordado da seguinte maneira por Araújo (2014, p.8):

[...] a informação é entendida como algo essencialmente intersubjetivo,

em que algo só pode ser identificado como informação a partir de um determinado arranjo de elementos (um regime informacional) e por meio de ações específicas de in-formar (gerar registros de conhecimento) e se in-formar (utilizar esses registros) (Araújo, 2014, p.8).

Nesta discussão destaca-se a informação na subjetividade em que o ser humano busca sanar suas demandas nas ações de in-forma e de se in-formar, neste processo de busca pode-se vislumbrar a ação de significar a informação diante do contexto de apropriação dessa em que o interesse e a ressignificação, bem como o registro de conhecimento e a utilização ocorrem conforme as demandas sociais do momento. Há de se considerar, ainda, a disseminação dessa informação que ultrapassa gerações e períodos históricos da sociedade.

A informação, no contexto da intersubjetividade, adentra às relações sociais e, sendo essas construídas historicamente e vivenciadas no âmbito social e cultural dos indivíduos, identifica-se a informação como social, pois torna-se dependente do sujeito e de suas relações.

Dito isso, compreende-se a informação nas relações sociais com base na “[...] ação de sujeitos, do contexto e das relações entre esses e a sociedade na qual se informam e são informados” (Guaraldo, 2013, p.35). Ao inter-relacionar a informação e as relações na sociedade, respalda nos contextos históricos que influenciam na construção de sentidos das informações por parte das pessoas que, em geral, compartilham e demandam no coletivo social por outras informações. Assim, a informação é construída e ressignificada com base nas demandas individuais transcendendo para o coletivo em determinado contexto histórico e social.

Diante da argumentação exposta considera o processo de mediação da informação com amplo desenvolvimento (prático e teórico) na área da Ciência da Informação e com diferentes abordagens e

discussões possibilitando conhecer o outro (Gomes, 2021). Destaca-se a importância dos serviços informacionais que tenham como objetivo a apropriação da informação (Almeida Júnior, 2015), por impulsionar o aspecto qualitativo e técnico de ações que demonstram uma aproximação das complexas questões que perpassam a construção das relações humanas.

A mediação da informação perpassa por ações que visam o envolvimento social e consciente da relação mediador/a, informação e usuário/a da informação. Neste ponto, destaca-se o posicionamento referente ao protagonismo social de Gomes (2021, p.3) em que “[...] o próprio mediador se transforma em sujeito político, sujeito da ação”. Compreende-se a possibilidade de ações locais, nacionais e/ou internacionais visando a disseminação e apropriação da informação diante do desenvolvimento e aplicação de pesquisas por igualdade de gênero na sociedade.

Tal compreensão respalda no conceito ampliado de mediação da informação de Almeida Júnior (2015, p.15),

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p.25).

A mediação pressupõe, na perspectiva social, uma ação qualificada a ser usada para a desconstrução de desigualdades e discriminações, visando a construção de um conhecimento individual que refletirá nas relações sociais. Percebe-se ser possível adentrar as relações socioculturais, especificamente no que tange o comportamento humano partindo do princípio que esse é construído historicamente e vivenciado as relações, ou seja, o processo de

mediação da informação torna possível disseminar a informação em múltiplos equipamentos informacionais e compreende-se o alcance direto ou indireto dessa ação, bem como a apropriação da informação que gera outras demandas informacionais.

No processo de mediação, a informação se renova a cada momento em que é ressignificada pelo/a usuário/a, gerando conflitos interpretativos que enfrentam todas às desigualdades e violências de gênero e atendam às necessidades informacionais dos sujeitos sociais em contextos históricos culturais que impulsionam a disseminação de informações pautadas na igualdade, respeito, empoderamento, valorização da mulher dentre

## 2.1 Informação para a Igualdade de Gênero

Nas sociedades modernas, a informação caracteriza-se como um recurso essencial e primordial na vida e cotidiano da espécie humana em múltiplos âmbitos. De modo simples, é possível imaginar que cada indivíduo obtém ou acessa à informação que precisa para tocar sua vida e realizar qualquer atividade básica ou complexa e, posteriormente, se apropria da informação, compreendendo-a, bem como atribuindo significado de acordo com o contexto sociocultural que está imerso, perpassando também pelos conhecimentos prévios e a bagagem cultural que cada sujeito carrega consigo.

Nesta discussão, há de se considerar o acesso à informação, como um princípio básico, sobretudo um direito fundamental, reconhecido internacionalmente e, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção Americana de Direitos Humanos. Ademais, segundo o documento universal, *Declaration on Parliamentary Openness* (2012, n/p), a informação produzida pelos parlamentos é propriedade pública, devendo estar disponível 'em todo ou em parte', bem como ser de fácil acesso, com linguagem clara e objetiva para o acesso, manejo e compreensão dos cidadãos ou as partes interessadas.

outras informações que visam eliminar todas as violências e práticas nocivas que possam perpetuar por gerações em uma sociedade.

Assim, considerando a dinâmica da sociedade, este trabalho apresenta uma análise das informações disseminadas no 5º objetivo da Agenda 2030, foco na discussão de gênero, a fim de analisar quais aspectos demonstram complexidades que deverão ser trabalhadas dentro de um contexto de mediação, visando a apropriação da informação, ou seja, da atribuição real de significado, atribuindo-se relevância aos aspectos mediados perpassando pela igualdade e empoderamento nas relações de gênero na sociedade.

No Brasil, o direito ao acesso à informação, é garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, conforme o inciso XXXIII do art. 15:

[...] todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena ou responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 2015).

Desse modo, a partir do cenário supracitado, pode-se dizer que o papel e valor que a informação detém na sociedade contemporânea, refere-se ao exercício da cidadania em uma democracia representativa. Uma maneira que o cidadão encontra para informar-se, exercer seus direitos políticos, participar dos debates públicos e acompanhar as propostas, projetos e o desenvolvimento das ações governamentais/do governo (Paes, 2016). Com esse viés, fala-se sobre direitos civis e políticos e, ainda, de um insumo fundamental na garantia e proteção dos demais direitos humanos, sejam eles, econômicos, sociais e culturais.

Por isso, ao pensar sobre o acesso à informação, há de se considerar também, como um item que ocupa um lugar de destaque no combate e enfrentamento das desigualdades de gênero. Então, a informação é um instrumento capaz de alterar realidades, romper com os obstáculos socioculturais e institucionais, para sensibilizar e conscientizar as mulheres de seus direitos básicos e humanos, “[...] de sua capacidade, erradicando a discriminação e pondo em pé a igualdade de homens e mulheres” (Nascimento, 2003, p.124). É por meio do acesso e apropriação da informação que as dinâmicas de transformação social e distribuição justa de direitos e oportunidades acontecem, transformando o cenário de subalternidade de mulheres e meninas, bem como reforçando a autonomia, empoderamento e a cidadania feminina.

Na maior parte da história, as mulheres sempre foram submetidas a múltiplas pressões, tal como posicionadas socialmente à subjugação do domínio patriarcal. Nesta concepção, em toda a existência da humanidade, as relações de gênero, enfatiza a distribuição desigual de poder em diversos âmbitos, sendo concedido aos homens a noção de sujeito dominante sobre a mulher, enquanto que para o sexo feminino, tem-se os quadros de subalternidade, isto é, uma posição inferior.

Ademais, ao considerar as relações de gênero, segundo Sá, Folriani e Rampazo (2017), ressaltam-se os ensinamentos transmitidos pelas famílias de geração para geração, algo que reforça os padrões de estereótipo de gênero de uma sociedade patriarcal e sexista, um cenário que varia entre uma cultura para outra. Em suma, meninos e meninas, desde muito pequenos, são educados e ensinados de modo distinto, sobre os comportamentos, atitudes e competências caracterizados social e culturalmente como típicos para o universo masculino e feminino, mas sobretudo o que a sociedade espera de cada sexo.

Nesta argumentação, Biroli (2016), corrobora tocando no que é definido como, divisão sexual do trabalho, em particular, a separação entre espaço público e privado, no

que concerne a dualidade dos papéis vistos como apropriados para cada grupo. De acordo com a autora, a divisão sexual do trabalho distingue os papéis, as tarefas e responsabilidades desenvolvidas por homens e mulheres. A esse respeito, de um lado, constata-se a representação das tarefas domésticas e de cuidado não remunerados, como funções da esfera privada, socialmente construída e limitada para a mulher e, de outro lado, o âmbito do trabalho produtivo e de maior valor, como dimensões da esfera pública e inerente ao domínio masculino.

Assim, enfatiza-se que o modo de como essa separação vem sendo reforçada ao longo dos anos e imposta na vida de cada grupo, com os traços das representações construídas socialmente, tal como os distintos papéis e responsabilidades designados para homens e mulheres – resultou em múltiplos cenários de desigualdades. Une-se a isso, a imposição de imposição de oportunidades para os estratos mais privilegiados da sociedade e os principais detentores de poder (homens brancos, de classe média ou burguesa) e, ao mesmo tempo, desvantagens e obstáculos para os grupos de minorias, o que envolve, também, a produção de barreiras estruturais que interferem na participação e inclusão igualitária de mulheres em vários âmbitos da sociedade moderna.

Desta forma, insere-se aqui, a importância do acesso, manejo e apropriação da informação no enfrentamento das desigualdades de gênero, com o objetivo de promover a equidade e o empoderamento de mulheres e meninas, com uma vida justa, livre de discriminações e violência (Silva, 2020; Carvalho, Cortês & Silva, 2021). Com esse viés, para Cortês, Alves e Silva (2015, p.8), a informação nesse contexto, tem a finalidade de “[...] alterar mentalidades, gerar novos conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento do protagonismo social de mulheres”. Como exemplo, as autoras pontuam o combate a violência contra a mulher, na qual com a informação e o acesso a novas tecnologias, é possível (re)construir essa realidade discrepante e enraizada em

estereótipos de gênero, somados na subjugação da mulher no domínio patriarcal e, conseqüentemente, romper com as relações de poder existentes a “[...] respeito da construção social das desigualdades de gênero e fortalecer as estratégias de enfrentamento a violência doméstica” (Cortês, Alves & Silva, 2015, p.8).

Já Paes (2016), ressalta que por meio do acesso à informação ocorre o empoderamento e autonomia de mulheres, ou como afirma a autora:

O acesso à informação é empoderador, pois permite que as mulheres conheçam a fundo seus direitos, e possam, assim, exercitá-los amplamente. Ao mesmo tempo, o acesso à informação possibilita que as mulheres tomem decisões mais informadas e eficazes relacionadas aos seus direitos, em áreas de educação, saúde, trabalho, direitos sexuais e reprodutivos. O acesso à informação também é crucial para que as mulheres possam exercer sua cidadania, participar mais ativamente da vida pública e monitorar o trabalho do governo (Paes, 2016, p.6).

Refletindo sobre a relevância da informação na vida de mulheres, Paes (2016), compreende no sentido macro, do grupo de proteção dos direitos civis e políticos e,

posteriormente, enfatiza a garantia dos demais direitos humanos, objetivando a autonomia de mulheres por meio do exercício pleno da cidadania. Ademais, a autora acrescenta a função de caráter social, que sensibilizam informa e auxilia as mulheres no processo de tomada de decisão e reconhecimento de seus direitos sociais, econômicos, sexuais e reprodutivos.

Benedito, Ribeiro e Woida (2021) colaboram com esse debate, defendendo a necessidade do acesso, apropriação e práticas mediadoras da informação, que possam possibilitar estrategicamente a ressignificação da realidade muitas mulheres, revertendo os contextos de subjugação do domínio patriarcal. Assim sendo, “[...] reconstruir concepções de lugar de mulher na sociedade” (Benedito, Ribeiro & Woida, 2021, p.15) e, abrir espaço para sua inserção em todas as esferas da sociedade, incluindo os espaços políticos, de poder e prestígio social.

Desta forma, a informação nesse contexto, reduz as brechas das desigualdades de gênero, ressignifica tudo aquilo que é denominado e construindo social e culturalmente como trabalho, competência e lugar de mulher, contribuindo assim, para o empoderamento e a inclusão igualitária das mulheres nos múltiplos âmbitos da sociedade.

### 3 MATERIAIS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O contexto para análise dos dados corresponde a Agenda 2030 da Organização da Nações Unidas. Dito isso, essa pesquisa é qualitativa com base em Godoy (1995, p.21) por apresentá-la como uma abordagem com múltiplas possibilidades de se compreender os fatos existentes, assim como uma forma de desbravar a pesquisa científica, considerando os fenômenos inerentes aos seres humanos e suas relações sociais, ‘estabelecidas em diversos ambientes’. Com enfoque de inter-relacionar a informação explícita no 5º objetivo da Agenda 2030 com o processo de mediação da informação amplia-se nesta investigação a

compreensão interpretativa de ações internacionais interferindo em ações nacionais e locais considerando as particularidades nos contextos socioculturais que delineiam as construção e reconstrução de relações entre seres humanos de uma sociedade.

Tem-se, ainda, como características da pesquisa qualitativa conjunto de atividade que “[...] envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (Gil, 2002, p.133). Neste ponto, destaca-se que a Agenda 2030 apresenta 17 objetivos, sendo o recorte do universo da pesquisa corresponde ao 5º objeto: Igualdade

de Gênero, que explora a necessidade de “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (Agenda 2030/ONU Brasil) e interpretado e analisado no campo teórico da Ciência da Informação.

É uma pesquisa do tipo descritiva e documental, pois, apresenta “[...] as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Prodanov & Freitas, 2013, p.52). Tem-se um estudo documental, considerando que “[...] vale-se de materiais que [...] podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2002, p.47). Assim, o texto exposto do 5º objetivo da Agenda 2030 compreendido nesta pesquisa como o documento contextualizado e analisado nas discussões da Ciência da Informação, aliando as relações no processo de mediação da informação.

Sendo a operacionalização dos pontos de análise apresentada a partir do objetivo da

pesquisa e com coleta de dados vinculados à web, com recorte principal para o site das Nações Unidas Brasil (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>) onde identifica-se os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. Neste contexto, a pesquisa desenvolve-se em questões da realidade contemporânea, bem como utiliza-se com o intuito de extrair os significado envolvidos as discussões de gênero na sociedade, bem como as discussões sobre a informação nas relações sociais que impulsionam a análise da inter-relação da mediação da informação e o 5º objetivo da Agenda 2030 visando o desenvolvimento social da nação. A análise interpretativa considerou o princípio de interesse exposto no conceito ampliado de Mediação da Informação de Almeida Júnior (2015), para tanto associou os objetivos específicos da Agenda com a discussão da Ciência da Informação de forma separada e relacionou com a discussão da ação de interferência no processo de mediação.

#### 4 RESULTADOS

A luta por igualdade de gênero como uma conquista para a humanidade, advêm de demandas de grupos da sociedade que visam eliminar todas as formas de discriminação às minorias de gênero. Nesse sentido, reforça a discussão no âmbito da Ciência da Informação impulsionando o fortalecimento de reflexões que envolvam a informação para igualdade e empoderamento de mulheres e meninas no âmbito local e global fundamentando na discussão conceitual da mediação da informação por Almeida Júnior (2015).

Com base no processo de mediação da informação destaca-se as ações de interferência como impulsionadora para as mudanças nas relações sociais e disseminações de informações em todos os espaços sociais. Na

complexidade das relações sociais tem-se planos de ações e/ou acordos que delinea a sociedade contemporânea, assim, estruturada sob múltiplos vieses social e cultural que ultrapassam as relações locais.

Nesse sentido, no processo de mediação da informação com ações que visam a apropriação da informação pelos sujeitos que, direta ou indiretamente, interferem nas relações sociais no que tange a comportamentos e acesso a oportunidades a sujeitos sociais.

Esta pesquisa considera as informações apresentadas no 5º objetivo da Agenda 2030 e analisada na episteme da Ciência da Informação no cenário: possíveis ações informacionais pelo viés da mediação da informação (Quadro 1).

**Quadro 1: Relação do 5º objetivo da Agenda 2030 com a mediação da informação**

	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Ações Informacionais</b>
<b>5.1</b>	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.	Ação informacional nas ambiências informacionais visando a disseminação de

		informação sobre equidade e igualdade de gênero na sociedade.
5.2	Eliminar todas as formas de violência contra toda as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.	Ações informacionais de desconstrução de estereótipos de gênero; conduzir para a apropriação de informação na eliminação ao tráfico e exploração sexual na contemporânea.
5.3	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.	Ações informacionais para o enfrentamento à toda violência contra a mulher, gerando outras informações para construção de um estado melhor nas relações sociais.
5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.	Ação conjunta entre instituições para construção e disseminação da informação referente a responsabilidade compartilhada no ambiente do lar; disseminação de informação que potencializam a compreensão de equidade e igualdade de gênero com base nos contextos socioculturais locais.
5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.	Ação de promoção e permanência de mulheres em instituições de ensino, bem como ações informacionais que impulsionam a presença de mulheres em cargos de lideranças nas organizações.
5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.	Ação informacional visando a disseminação e esclarecimento do acesso universal à saúde sexual e reprodutiva como ação humanizadora visando o desenvolvimento social e sustentável.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Em análise, a inter-relação de possíveis ações do processo de mediação da informação, que podem ser vinculadas ao Objetivo 5 apresentado na Agenda 2030. Nota-se, na subjetividade das informações apresentadas, as particularidades da construção histórico-social das sociedades no âmbito global. Essa observação torna-se importante no processo de análise ao considerar os arranjos de elementos informacionais inerentes a interpretação, significação e construção da informação por parte do sujeito social que, nas suas relações historicamente construídas, geram e utilizam os registros de seu conhecimento com base em suas experiências já vivenciadas e advindas da bagagem cultural.

Nesse sentido, as ações de interferência no processo de mediação da informação são flexíveis e relacionadas ao contexto social dos

sujeitos. Desta forma, tem-se os pontos expostos no Quadro 1, bem como as análises das metas recortadas do Objetivo 5 – alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, inter-relacionada com as concepções e reflexões da Ciência da Informação.

Mediante isso, parte-se da meta **5.1 – acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas em toda parte**. No combate as múltiplas formas de discriminação, destaca-se as ações informacionais, que buscam a disseminação de práticas e informações inerentes a conscientização da população para a equidade de gênero na sociedade moderna. Contudo, compreende-se também, a relevância e a necessidade de um arcabouço, ou ainda, apoio legal e jurídico, tal como a existência de um

observatório, afim de promover, reforçar, mas sobretudo, realizar o monitoramento da não-discriminação baseada no gênero e suas intersecções com raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, cultura, religião, nacionalidade, idade entre outros pontos.

As ações informacionais, nesse contexto, condizem com o rompimento de diversos quadros que simbolizam uma sociedade discriminatória, opressora, bem como injusta e desigual, que mantém ativa a perpetuação de assimetrias, as relações e as consequências, oriundas da dualidade dos papéis e funções impostas socialmente para homens e mulheres. Dito de outra forma, uma sociedade marcada pelo processo de dominação-exploração.

É fato que as diversas marcas e manifestações de discriminação, se traduzem como entraves e retrocessos, que oferecem suporte à narrativa de privilégios e oportunidades para determinados grupos. Estes mantém, na maior parte da história, os maiores níveis de poder. E, de outro lado, desvantagens e obstáculos para grupos específicos, em destaque, de minorias sociais, reforçando assim, a noção de barreiras estruturais e fixas à equidade de gênero, bem como no combate a todas as formas de discriminação.

Desse modo, defende-se que o desenvolvimento e a disseminação das práticas e ações informacionais, precisam desafiar os antagonismos da dominação masculina e os abusos inimagináveis dos modelos patriarcais, socialmente reforçados pela submissão da mulher. Em síntese, é mostrar que todo o processo das ações informacionais, priorizam a luta das mulheres e, também, dos movimentos sociais, em prol da equidade, eliminação de todas as formas de discriminação, a garantia da cidadania e o acesso e utilização dos direitos básicos e humanos de mulheres e meninas.

No que diz respeito as metas **5.2 – eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos** e, **5.3 – eliminar todas as práticas nocivas, como casamentos**

**prematureos, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas**, se destaca no processo de mediação da informação as ações informacionais, concomitantemente relacionadas à condução da apropriação da informação para a eliminação e enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres e meninas, ou seja, buscando alterar essa realidade e, por consequente, gerar outras informações para a construção de políticas e de um estado melhor nas relações sociais.

Sobre isso, nas palavras de Silva (2020):  
[...] a informação enquanto fenômeno social capaz de modificar as estruturas cognitivas e gerar novos conhecimentos nos sujeitos pode alterar pensamentos e ações, construindo novos contextos de significados. Dessa forma, o acesso, a mediação e a apropriação da informação contribuem enquanto estratégias para enfrentar o fenômeno da violência contra a mulher (Silva, 2020, p.21).

Refletindo sobre esse recorte, a autora reitera a necessidade do acesso e apropriação da informação como recurso imprescindível para informar, sensibilizar e modificar o cenário de mulheres que vivenciam diversas formas de violência, objetivando a promoção de sua autonomia, empoderamento e proporcionando uma vida justa, livre de discriminações e violência.

Neste ponto, o processo de disseminação da informação e ações informacionais que abordem a violência contra a mulher na sociedade, tanto as simbólicas como as nocivas e todas as formas de violência, perpassa pela desconstrução social de seres humanos como objetos, a considerar os matrimônios e mutilações forçadas, e mediante situações sociais que perpassam pela vulnerabilidade das mulheres diante do processo histórico de opressão de cada sociedade, bem como o entrelaçamento de significativos à informação para proteção e dignidade humana.

Avançando nessa discussão, tem-se a meta **5.4 – reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por**

**meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.** A partir deste viés, pode-se dizer que é necessário o desenvolvimento de uma ação conjunta entre instituições para a construção da ressignificação das responsabilidades compartilhadas no espaço doméstico, privado e familiar. Ademais, apresentar também, as consequências diretas e resultantes dessa imposição social que afeta a vida profissional e social de inúmeras mulheres e suas múltiplas pluralidades.

Trata-se de uma transformação social e emergente, por meio da disseminação e apropriação da informação, objetivando a ressignificação e (re)construção da distribuição desigual das funções e responsabilidades inerentes ao âmbito público e privado. Nesta sociedade, há de se considerar que, grande parte das desigualdades visíveis e vivenciadas por mulheres, especialmente, no âmbito laboral, é tocar no que se define como divisão sexual do trabalho. A separação entre espaço público e privado, tal como a representação da unidade familiar, privada e das atividades não remuneradas, como sendo construída e limitada para as mulheres e, aos homens a designação do trabalho produtivo, de maior valor, isto é, as funções da esfera pública, socialmente desenvolvidas para o sexo masculino (Biroli, 2016).

Nesse viés, para as mulheres as posições são semelhantes, no entanto, deve-se considerar a posição que elas ocupam na hierarquia de gênero, raça e classe. De modo geral, elas se encontram representadas e concentradas em um espaço que os homens são liberados. Fato é que, as trabalhadoras femininas exercem mais tempo em atividades não-remuneradas, seja voluntariamente ou involuntariamente, em comparação ao sexo masculino.

Ao refletir sobre a meta **5.5 – garantir a participação plena e efetiva das mulheres e igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na**

**vida política, econômica e pública,** fala-se, de forma simples, sobre a promoção e permanência de mulheres em instituições de ensino. Ao mesmo passo que, ações informacionais que impulsionam o ingresso de mulheres nos cargos eletivos, de maior prestígio social, responsabilidades e remunerações, isto é, os cargos de tomada de decisão.

Sobre esse quadro, pensar sobre as desigualdades inerentes aos âmbitos de tomada de decisão e da política-representativa, é articular além da divisão sexual do trabalho, o que envolve, também, as implicações e pressões sociais que reforça estereótipos de gênero e sexistas. Desse modo, pode-se mencionar, as diferentes formas de educar ou ensinar meninos e meninas, os comportamentos e atitudes adequadas e apropriadas para cada sexo, bem como as atividades reservadas para homens e mulheres no ambiente organizacional e político. As principais consequências deste cenário, condizem com a produção de barreiras que interferem no ingresso e ascensão profissional de mulheres, tanto no âmbito das organizações empresariais, como na política-representativa.

Mediante isso, as ações informacionais precisam “[...] reconstruir concepções de lugar de mulheres na sociedade”, levando em consideração o seu ingresso em todas as esferas de poder na sociedade moderna, conforme esclarecem Benedito, Ribeiro e Woida (2021, p.15).

Finalmente, a meta **5.6 – assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.** Uma ação informacional, que visa a disseminação e esclarecimento do acesso universal à saúde sexual e reprodutiva como ação humanizadora e relacionada com o desenvolvimento social e sustentável.

Neste quadro, é preciso considerar que nem todos os indivíduos possuem ou exercem o

direito de acessar a informação, sobretudo ao menos sabem onde procurar determinados tipos de informações. Por exemplo, esse é o quadro de mulheres de baixa renda, tal como aponta Paes (2016), em que muitas vezes, sequer sabem acessar ou solicitar a informação pública e voltada para seus direitos reprodutivos e sexuais. Une-se a isso, o quadro de mulheres vítimas que engravidaram após uma violência sexual, elas “[...] não conseguem ser atendidas em hospitais destinados a realizar aborto legais”, uma vez que segundo a autora “[...] não existe uma lista pública dos hospitais que realizam o procedimento” (Paes, 2016, p.16).

Assim, ao inter-relacionar as discussões da Ciência da Informação com as abordagens de gênero na sociedade visando ações que conduza para o empoderamento das mulheres, destaca-se o fortalecimento do protagonismo social, bem como a desconstrução histórica de estereótipos de gênero, que na reflexão de Gomes (2021, p.3) “[...] o encontro com a informação se caracterize como uma experiência de fortalecimento das lutas pela justiça e inclusão social”.

Diante das análises expostas, ao compreender o processo de mediação da informação na luta de grupos sociais no âmbito global, destacam-se as ações informacionais visando a construção, significação e ressignificações de informações a serem disseminadas para fins de eliminação de desigualdades e discriminação de gênero, bem

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir a importância de disseminar a informação no combate à discriminação, estereótipos e violência de gênero no âmbito da América Latina, bem como disseminar a informação visando a equidade e igualdade de gênero passando por ações de promoção à ascensão da mulher em espaços de poder. Considera-se, ainda, o contexto social e cultural de cada país para fins e alcançar os objetivos propostos na Agenda 2030.

como o impulsionamento de ações que oportunize a presença de mulheres em espaços de lideranças e tomadas de decisão.

Ressalta que as ações informacionais como ponto de análise para o atendimento ao 5º objetivo da Agenda 2030, devem considerar o contexto histórico-social de cada nação. Respalda em Almeida Júnior (2015, p.12) as informações “[...] são dependentes de nossas concepções, de nosso acervo de experiências, vivências e relações com o mundo”. Para o autor e em síntese, o processo de mediação da informação corresponde a toda ação de interferência visando a apropriação da informação, a destacar o atendimento as necessidades informacionais das pessoas, para isso, a informação nos objetos da Agenda 2030 a ser significada e vivenciada pelas pessoas dos países envolvidos na construção e execução da Agenda perpassa pelo acervo de experiências de cada sujeito social.

Assim, pensar o processo de mediação da informação para igualdade de gênero proposto pela Organização das Nações Unidas, perpassa pelas relações sociais que são construídas historicamente, compreendendo que essas estão em constante mudança; logo, as informações no processo de mediação satisfaz parcialmente e de maneira momentânea a demanda social por igualdade e equidade de gênero na sociedade. Por isso, a mediação da informação como um processo contínuo a partir do contexto social de cada nação que objetiva a atender a Agenda 2030.

Fundamentando na Ciência da Informação, nota-se a viabilidade da inter-relação da mediação da informação com ações informacionais que possam atender o 5º objetivo da Agenda 2030 voltado para a igualdade de gênero e, considerando ainda, o desenvolvimento social, uma vez que as relações entre gênero ocorrem na diversidade das sociedades.

Com as argumentações expostas nos resultados, tem-se a importância do processo de mediação da informação em ações de interferências informacionais com base nas particularidades da construção histórico-social de cada nação. Assim, ao considerar a subjetividade das informações, a pesquisa apresenta uma argumentação para o impulsionamento informacional que possa romper com discriminação, opressão, opressora, bem como injusta e desigual, que

mantém ativa a perpetuação de assimetrias, as relações de gênero na sociedade.

A pesquisa possibilita releituras e atualizações das argumentações apresentadas, por perceber a dificuldade e necessidade de conscientização da população para a equidade de gênero na sociedade moderna e, estando essa em constantes mudanças nas suas relações sociais, evidencia a possibilidade de avanços nas relações de igualdade e desenvolvimento social.

## REFERÊNCIAS

- Agenda 2030. (2016). Organização das Nações Unidas – ONU. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Igualdade de Gênero. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>.
- Almeida Júnior, O. F. de. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. In: Bortolin, S.; Santos Neto, J. A dos.; Silva, R. J. da (Orgs.). Mediação oral da informação e da leitura. Londrina: ABECIN Editora. pp.9-32.
- Araújo, C. A. Á. (2014). Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos.
- Benedito, B. O. de, Ribeiro, M. A. & Woida, L. M. (2021). A mediação da informação no combate à violência contra mulheres no espaço público. Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação, v.14, pp.1-21. <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/197263>.
- Biroli, F. (2016). Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo.
- Brasil. Presidência da República (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)
- Carvalho, M. A. P. de, Cortês, G. R. & Silva, A. R. (2021). A mediação da informação e o protagonismo social das mulheres em situação de violência doméstica. Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v.6, n.2. <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/45018/26645>
- Côrtes, G. R., Alves, E. C. & Silva; L. K. R. da. (2015, outubro 26-30). Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes. [Anais] XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 16., 2015. João Pessoa-PB. [.http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2842/20%20MEDIA%C3%87%C3%83O%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20E%20VIOL%C3%8ANCIA%20CONTRA.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2842/20%20MEDIA%C3%87%C3%83O%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20E%20VIOL%C3%8ANCIA%20CONTRA.pdf?sequence=1).
- Declaration on Parliamentary Openness: provision commentar (2002). <http://www.openingparliament.org/static/pdfs/commentary-20120914.pdf>.
- Gomes, H. F. (2021). Informação, Estudos e Fazeres: Travessias Assertivas Da Mediação E Suas Dimensões Como Fundamento Da Ciência Da Informação. Informação & Informação, Londrina (PR), v.26, n.4, p.109-145.

- <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44557>.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Guaraldo, T. S. B. (2013). Práticas de informação e leitura: mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores de um jornal popular do interior de São Paulo. [Tese, Doutorado em Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília].
- Nascimento, M. J. (2003). Informação e cidadania: necessidade e formas de busca por parte da mulher catarinense. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 13, n. 2, pp.123-150.  
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/94/1565>
- Paes, B. (2016). Acesso à informação e direitos das mulheres. São Paulo: Artigo 19.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013) Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale.  
<https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>
- ONU. Assembleia Geral da ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos (217 [III] A). Paris.  
<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>.
- Sá, B. S. de; Folriani, M. D. & Rampazo, A. V. (2017). Assédio sexual: o poder do macho na universidade. *Revista Estudos de Administração e Sociedade*, v.3, n.2, pp. 22-31.  
<https://doi.org/10.22409/eas.v3i2.70>
- Silva, A. R. da. (2020). Asas da informação: protagonismo das mulheres usuárias da caso abrigo da Paraíba. [Dissertação, Mestrado em Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba].  
[https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20853/1/AurekellyRodriguesDaSilva\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20853/1/AurekellyRodriguesDaSilva_Dissert.pdf).